

Com o feriado de 7 setembro a pauta do Plenário e de grande parte das Comissões ainda não foi disponibilizada. A expectativa na Câmara e a continuidade da votação de projetos da área econômica.

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Audiência pública no 05/09/2023 às 10 horas com o tema: Dia Mundial da População e o desperdício de alimentos. Foram convidados: Ministério das Relações Exteriores, Ministro, Embaixador Mauro Vieira; Organização das Nações Unidas no Brasil
Coordenadora Residente, Sra. Silvia Rucks; Campanha Brasil sem Fome e Ação da Cidadania Coordenação Nacional: Rodrigo "Kiko" Afonso

Plenário

Aconteceu na segunda feira (04) a sessão solene em homenagem ao Dia da Amazônia. "HOMENAGEM AO DIA DA AMAZÔNIA: 35 ANOS DO LEGADO DE CHICO MENDES, AVANÇOS E DESAFIOS PARA A LUTA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA EM VISTA DA COP 30"

■ SENADO FEDERAL

Comissões

CPI DAS ONGS – realiza tomada de depoimento no dia 5 de setembro de 2023

Convidado: – Luiz Carlos Molion - professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, a comparecer à Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação das organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público nas questões relacionadas ao meio ambiente e mudanças do clima. é um conhecedor e estudioso da temática ambiental, especialmente sobre as mudanças climáticas.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O Projeto de Lei nº 4718, de 2020 de autoria do Senador Marcos Rogério. – que está em tramitação no Senado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, está aguardando a designação de relator. O projeto transfere a competência para o Judiciário o processo de regularização fundiária. O senador Beto Fato solicitou ao Presidente do Senado a sua indicação como relator.

Manifestação da Contag contrária ao Projeto de Lei

A CONTAG é contrária ao PL 4718/2020 e segue na defesa de que a regularização fundiária em terras da Amazônia Legal deve respeitar o mandado constitucional de que as terras públicas devem ser destinadas prioritariamente para reforma agrária, respeitando, claro, o direito dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Para CONTAG o Projeto de Lei não está em harmonia com a legislação atual e com a Constituição Federal. Ao propor o processo de regularização fundiária através do judiciário, não são respeitadas a realidade e as vulnerabilidades enfrentadas pelos povos que habitam a Amazônia Legal. A proposta do Projeto de Lei desconsidera totalmente as especificidades da região e a necessidade de um olhar mais atento para as questões fundiárias, que afetam diretamente a vida e o sustento das comunidades locais. A CONTAG entende que o PL 4718/2020, caso aprovado, ampliará as dificuldades, já ocorridas nos últimos anos em relação à Reforma Agrária, pois abre possibilidade de intermináveis ações judiciais, gerando mais insegurança jurídica no campo e, por certo, mais violência na grilagem de terras públicas. Além do mais, o PL busca transferir o dever do Estado na regularização fundiária para o judiciário, não constituindo a proposta, medida de justiça em favor daqueles que realmente querem as terras para trabalhar e produzir alimentos.

Senado pode votar Projeto de Lei com alterações na legislação ambiental

Uma nota técnica lançada na semana passada (29/08) pelo ISA (Instituto Socioambiental) e o OC (Observatório do Clima) alerta para a desestruturação do licenciamento ambiental caso seja aprovado como está o PL (projeto de lei) 2.159, de 2021. As ONGs consideram que a redação atual é “uma proposta de ‘Lei da

Não Licença Ambiental’, que coloca em risco a proteção do meio ambiente, os direitos socioambientais consagrados pela Carta de 1988 e a saúde pública”. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2021 e aguarda votação nas comissões de Meio Ambiente e Agricultura do Senado.

A nota afirma que, se o texto for aprovado pelo Senado e transformado em lei como está, “gerará sua imediata judicialização, tanto por ação direta de inconstitucionalidade, como por ações locais contra empreendimentos”.

O texto lista pontos considerados problemáticos, como a dispensa da licença ambiental para a maior parte dos casos, limites a ações de prevenção, mitigação e compensação. O documento ainda trata de outros pontos, como a isenção a atividades de agricultura e pecuária extensiva, a renovação autodeclaratória da licença e ameaças a unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas (especialmente aquelas ainda em processo de homologação e titulação).

“O texto diz que apenas terras indígenas homologadas serão consideradas existentes e a gente tem 32% de terras indígenas ainda pendentes, em processo de demarcação. Para quilombolas, apenas titulados seriam avaliados, quando 92% dos territórios quilombolas ainda estão em processo de reconhecimento”, pontua o consultor jurídico do ISA, Maurício Guetta.

França reivindica entrar na OTCA

A Guiana Francesa se manteve isolada, mas agora sofre com os imigrantes ilegais: garimpeiros brasileiros e peruanos, traficantes colombianos e refugiados haitianos

O desmatamento da Amazônia durante o governo Bolsonaro, cujo impacto no aquecimento global foi

enorme, por causa das queimadas e derrubadas de árvores, foi um catalisador dessa internacionalização. Zerar o desmatamento é a forma mais eficiente e barata de reduzir o aquecimento global e ganhar tempo para a conversão à economia verde. Os países da União Europeia são os mais empenhados nesse processo. O presidente Emmanuel Macron reivindicou que a França passe a integrar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), formada por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, República da Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. “Declaro solenemente que a França é candidata a participar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a desempenhar um papel pleno nela, com uma representação associando estreitamente a Guiana Francesa”, disse Macron.

Isolamento

Macron não participou da Cúpula da Amazônia, neste mês, em Belém, que reuniu líderes dos países da OTCA, apesar de ter sido convidado. Na segunda-feira, disse que gostaria de ter ido “para ser o único chefe de Estado europeu, ao lado de embaixadores europeus, para explicar como financiamos a Amazônia”. O pleito francês deve entrar na pauta da reunião dos chanceleres dos países membros da OTCA, marcada para novembro, em Brasília. Não é uma decisão fácil de ser tomada. Os oito países consideram que já cobrem o território da Amazônia. Mesmo a participação da França como observadora enfrenta resistência de algumas nações.

Papa anuncia publicação da segunda parte da Laudato Si

4 de outubro, festa de São Francisco de Assis, é a data de publicação de uma Exortação Apostólica que atualiza questões concernentes ao cuidado da criação.

No final da Audiência Geral da quarta-feira, 30, o Papa anunciou que a segunda parte da Laudato si’ será publicada na forma de Exortação Apostólica em 4 de outubro, festa de São Francisco de Assis, que conclui o “Tempo ecumênico da Criação”, que tem início em 1º de setembro e cujo tema em 2023 é «Que jorrem a justiça e a paz»: Nessa data tenho a intenção de publicar uma Exortação, uma segunda Laudato si’. Unamo-nos aos nossos irmãos e irmãs cristãos no compromisso de salvaguardar a Criação como um dom sagrado do Criador.

Francisco já havia antecipado em 21 de agosto que estava “escrevendo uma segunda parte da Laudato si’ para atualizar as questões”, ao receber uma delegação de advogados de países membros do Conselho da Europa. Continuando seu apelo na Audiência desta quarta-feira, o Papa resume o cerne da Mensagem para o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação divulgada em maio: É necessário permanecer ao lado das vítimas da injustiça ambiental e climática, esforçando-se para acabar com a guerra sem sentido contra nossa casa comum, que é uma guerra mundial terrível. Exorto todos vocês a trabalhar e rezar para que ela volte a transbordar de vida.

Transformar políticas públicas

Na Mensagem, o Papa propõe “transformar os nossos corações, os nossos estilos de vida e as políticas públicas que regem as nossas sociedades”. Falou novamente da conversão ecológica e da necessidade de não considerar mais a criação como um objeto a ser explorado, mas uma realidade a ser preservada “como um dom sagrado do Criador”.

Neste mesmo texto da mensagem, o Pontífice insiste na necessidade de “transformar as políticas públicas

que regem as nossas sociedades e moldam a vida dos jovens de hoje e de amanhã.". Ele sublinha ainda a importância da sinodalidade e espera "neste Tempo da Criação, como seguidores de Cristo no nosso caminho sinodal comum, vivamos, trabalhemos e rezemos para que a nossa casa comum seja novamente repleta de vida".

Ricardo Salles vira réu em ação penal

Depois de defender publicamente os interesses madeireiros, Ricardo Salles, agora é réu de um processo que investiga a participação do ex-ministro do Meio Ambiente em esquema para facilitar exportação ilegal de madeira do Brasil. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Federal (MPF) e recebida na segunda-feira (28) pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará. Foram denunciados ao todo 22 pessoas que supostamente participavam do esquema, por corrupção passiva, crimes contra a flora e envolvimento com organização criminosa. Além de Salles, foram indiciados o ex-presidente do Ibama, Eduardo Bim, servidores públicos e nomes que ocuparam cargos de confiança no órgão ambiental durante o governo de Bolsonaro, assim como representantes de madeiras que teriam sido beneficiadas pelo esquema.

Assessor da REPAM-Brasil é nomeado como membro consultor da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da OAB

O assessor jurídico e de incidência política da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), Melillo Dinis do Nascimento, foi nomeado pelo presidente do

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como membro consultor da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. A portaria nº 610/2023 foi publicada na última terça-feira, 22 de agosto.

Ciência comprova que TIs ajudam Brasil a preservar meio ambiente e cumprir compromissos climáticos

Um levantamento do Mapbiomas mostrou o Brasil perdeu 96 milhões de hectares de mata nativa desde 1985 e que as terras indígenas (TIs) foram as áreas mais conservadas nesses 38 anos. O jornalista Marcelo Lins analisou a comprovação científica e reforçou a importância de demarcar TIs e derrubar a tese jurídica do marco temporal, que atualmente está em julgamento no STF. "É aquilo que a gente aprende desde pequeno, de como os povos originários do Brasil convivem com o meio ambiente e de onde vivem e tiram seu sustento. Agora a ciência, o monitoramento aéreo e por satélite, vêm comprovando e mostrando que, nesses 38 anos que monitorou essas terras, os povos originários brasileiros desmataram cerca de 1% desses territórios, ou seja, 99% foram mantidos intactos ou em sua maioria preservados. Isso não é apenas a preservação do meio ambiente onde esses povos vivem, mas também a principal arma do Brasil contra as mudanças climáticas, contra os fenômenos climáticos extremos, e também a principal ferramenta para que o Brasil consiga cumprir os seus compromissos internacionais, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris", disse Marcelo Lins.

Conferência de mineradoras anuncia investimentos bilionários, mas falta formalização de compromisso com a Amazônia

Evento realizado em Belém pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) reuniu políticos, executivos, pesquisadores e sociedade civil para discutir como o setor pode contribuir para conter a crise climática global.

Terminou, na sexta-feira (1º), em Belém, a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) no Pará. O evento reuniu políticos, pesquisadores, executivos do setor minerário e industrial, sociedade civil, incluindo personalidades de povos indígenas. Foram discutidos assuntos como financiamento de novos modelos de negócio na região amazônica, a exploração mais sustentável no setor minerário, a relação de empreendimentos com povos tradicionais, entre outros. Raul Jungmann, atual diretor-presidente do Ibram, reforçou o anúncio de mais de US\$ 16 bilhões de investimentos pela mineração no Pará até 2027. Os detalhes sobre os recursos e quais locais de investimentos ainda serão anunciados.

O diretor-presidente informou ainda que “o compromisso que a mineração está assumindo com a Amazônia deve ser formalizado em um documento”, que não foi anunciado até o encerramento da programação. A conferência ocorreu no Hangar Centro de Convenções da Amazônia paralelamente à Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram 2023), reunindo 22 mineradoras que atuam no Brasil. Segundo o balanço divulgado pela organização, o evento gerou expectativa de negócios no valor de R\$ 1,5 bilhão. A exposição contou com 1.707 congressistas, entre especialistas, pesquisadores, estudantes e representantes de empresas, e 150

painelistas distribuídos em 33 painéis. O evento recebeu nos quatro dias 21.650 pessoas, segundo a estimativa.

A quem interessa a lei europeia antidesmatamento?

Aos indígenas, sem dúvida; estranho é o governo federal reagir com virulência afirma Dinamam Tuxá - Coordenador-executivo da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) em artigo publicado.

O governo brasileiro iniciou uma não muito discreta operação para minar a regulação de desmatamento da União Europeia. Autoridades de vários ministérios têm se manifestado em público contra a lei, aprovada no ano passado, que veda a entrada no mercado europeu de commodities produzidas em áreas desmatadas a partir de dezembro de 2020. Segundo essas pessoas, a regulação é “unilateral”, “discriminatória” e passível de questionamento nos órgãos multilaterais de comércio. Uma crítica velada à lei apareceu até mesmo na declaração de chefes de Estado da Cúpula da Amazônia, em 8 de agosto último.

“É uma pena que o governo, até agora, não tenha chamado os povos indígenas para conversar sobre o assunto. Se tivessem nos consultado, saberia que, para nós, a lei da UE é mais do que bem-vinda: é uma esperança de proteção aos nossos territórios, ao nosso modo de produção e à nossa própria existência”, afirmou Tuxá.

A lei é um avanço porque ataca o problema do desmatamento pelo lado da demanda. Os consumidores europeus não querem mais comprar carne, soja e madeira produzidas às custas de aquecimento global, destruição da biodiversidade e violações a direitos humanos. Essa tendência é global e irreversível: hoje é a Europa, amanhã os EUA e, logo mais, quem sabe, a

China. Quanto mais catástrofes climáticas se sucedem, menos tolerável o desmatamento se torna.

“Somos ameaçadas, mas Bolsonaro estava aqui antes de Bolsonaro”, dizem irmãs da CPT

Em Anapu, Pará, elas falam sobre a continuidade da luta de Dorothy Stang em meio ao aumento da violência agrária

“Essa história aqui é de anos e juízes. Muitos, não só dois ou três”, me adianta a irmã Jane Dwyer, no início da nossa conversa, na sala da casa de madeira, com paredes cobertas por quadros que gritam diferentes palavras de ordem, pedindo reforma agrária, que ninguém solte a mão de ninguém, além de justiça por Dorothy Stang e pelos 19 demais assassinados nos últimos anos na luta pela terra em Anapu, no interior do Pará.

“Anos”, porque o tempo passa e a violência permanece. Entre 2015 e 2019, as vítimas foram se acumulando, e seus nomes foram espremidos na cruz vermelha ao lado do túmulo de Dorothy Stang, com espaçamento entre as letras tão mínimo, para fazer caber, que a leitura é quase comprometida. “Juízes” porque aqueles responsáveis pela segurança pública e jurídica da região entram e saem. Policiais, delegados, promotores. Corrompem-se, demoram, fecham os olhos para o quadro complexo dos conflitos agrários da região. Quem fica, trabalha, e defende, acaba transferido.

As irmãs Jane Dwyer e Katy Webster, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), permanecem. Mesmo após o assassinato de sua companheira, negam proteção estatal, porque acreditam que ela deveria ser para todas famílias de pequenos agricultores ameaçados. Colecionam os dados de cada caso em memórias afiadas que desafiam sua idade. Em quase duas horas de conversa,

tentam resgatar o maior número de casos e denúncias que conseguem. Respondem a cada uma das perguntas, formuladas para abarcar um contexto geral, com exemplos concretos e distintos da violência.

Confira a matéria na íntegra pelo link: <https://mla.bs/483726c9>

A BATALHA DO MARCO TEMPORAL NO STF

Melillo Dinis do Nascimento

Assessor jurídico e de incidência política da Rede Eclesiástica Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)

A batalha do “marco temporal” no Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou uma nova força com sua definição provável neste mês de setembro. Ao menos quanto aos aspectos de sua constitucionalidade. Vamos aos fatos recentes. A semana passada terminou com o seguinte placar: o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365 foi suspenso após o plenário alcançar placar de 4 votos a 2 contra a tese. Até o momento, os ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cristiano Zanin se manifestaram contra o marco. Nunes Marques e André Mendonça votaram a favor. Faltam julgar os seguintes ministros: Rosa Weber, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux. Nada está resolvido até alcançar a maioria, de 6 votos!

Alguns dados importantes. O litígio em análise envolve a posse de áreas que teriam ocupação tradicionalmente indígena. De um lado, povos indígenas querem provar que têm direito a determinadas terras, por uma questão de tradicionalidade. De outro, o que se busca é o estabelecimento de um “marco temporal”, uma data, a partir da qual as terras que não estivessem ocupadas por indígenas não pertenceriam a eles. A proposta é que este marco seja a data da promulgação da atual

Constituição Federal: 5 de outubro de 1988. Assim, povos indígenas só poderiam lutar pela demarcação das terras que provarem estar sob sua posse nesta data. O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da terra é questionada pela Procuradoria do Estado.

Para os povos indígenas, para a maioria dos especialistas, para parte dos constitucionalistas, a tese do “marco temporal” é um absurdo, criação e criatura que representa retrocesso jurídico, equívoco político, deslegitimação democrática e violência nos territórios. Como acontece com frequência na história brasileira, a criatura pode-se transformar num monstro. E aqui cabe uma explicação.

O ministro Alexandre de Moraes, em seu voto, abriu a possibilidade de uma indenização para os ocupantes dos territórios indígenas, muitos de boa-fé, que criou três cenários: a rejeição total do marco temporal que é a posição do relator, ministro Edson Fachin; a sua confirmação, posição hoje minoritária, exposta nos votos de Nunes Marques e André Mendonça; e uma posição intermediária, que apesar de rejeitar a tese, cria o mecanismo indenizatório, para que a União e/

ou os Estados possam estabelecer instâncias e burocracias, muitas delas intermináveis, como a experiência do Estado brasileiro com o tema dos Quilombolas tem demonstrado na prática.

Há a esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirme os direitos à vida promulgados pela Constituição, de 1988. É necessário superar as iniciativas de estímulo à instabilidade e polarização. Normas estéreis para a demarcação de terras indígenas representam um grave retrocesso nas garantias democráticas e republicanas de um ordenamento jurídico-legal baseado na cidadania, na justiça e no reconhecimento das melhores tradições, das experiências históricas e das evidências científicas que compõem o vasto acervo de conhecimentos, saberes e práticas que nos identificam como brasileiros e brasileiras.

Mas temos que lutar. A precisão é que o jogo só termina no próximo dia 20 de setembro. Até lá, há muito a ser feito. Nada foi alcançado sem mobilização e sem profunda articulação entre o local e o nacional, o presente, o passado e o futuro, nossa condição ancestral e nossa defesa dos povos, das culturas, da paz, dos biomas e da Criação.